

DECLARAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS

Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018 e a Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/2011, bem como os princípios da transparência e segurança jurídica aplicáveis à administração pública, declaramos conhecimento de que os dados pessoais e sensíveis tratados em processos licitatórios serão utilizados exclusivamente para os fins previstos em lei, garantindo-se a segurança e a privacidade dos titulares.

Nos termos do artigo 23 da LGPD, a administração pública pode tratar dados pessoais para exercer suas competências legais, desde que respeite os princípios da finalidade, necessidade e adequação. Assim, a coleta desses dados nos certames licitatórios tem o objetivo de avaliar a capacidade técnica, econômica e financeira dos participantes, conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A LAI, em seu artigo 6º, inciso III, estabelece o princípio da transparência, garantindo o direito de acesso às informações públicas. Dessa forma, nos processos licitatórios, todos os dados pertencentes às empresas participantes e suas propostas serão integralmente divulgados de forma acessível, assegurando o controle social e a publicidade dos atos administrativos.

Diante disso, a EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA., inscrita no CNPJ nº 60.501.293/0001-12, por intermédio de seus representantes legais, a Sra. Juliana Mayumi Oshiro Ono, portadora do CPF nº 800.589.571-20, e a Sra. Lilian Ketty de Lima Miotto, portadora do CPF nº 157.299.288-31, **DECLARA** que tem pleno conhecimento das regras do aviso/termo de referência da dispensa de licitação e ciência de que:

Para participar da dispensa/inexigibilidade de licitação e ser contratado(a), é necessário fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, tais como:

- Documentos de identificação;
- Participações societárias;
- Informações contidas em contratos sociais;
- Endereços físicos e eletrônicos;
- Estado civil;
- Informações sobre cônjuges e relações de parentesco;
- Número de telefone;
- Sanções administrativas em cumprimento;
- Condenações criminais ou por improbidade administrativa, entre outros necessários à contratação.

Esses dados farão parte do processo administrativo e serão tratados pela Administração Pública. O tratamento dos dados pessoais no contexto dos processos de contratação é válido, legítimo e juridicamente adequado.

São Paulo/SP, 25 de maio de 2026.

DocuSigned by:

Juliana Mayumi O. Ono

69259150D43C442...

DocuSigned by:

Lilian Miotto

69C629AB4BC3427...

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

DS
U

DECLARAÇÃO

Declaração de Menor: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA., CNPJ nº 60.501.293/0001-12, declaro para os devidos fins que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

São Paulo/SP, 25 de maio de 2026.

DocuSigned by:

Juliana Mayumi O. Ono

69259150D43C442...

DocuSigned by:

Lilian Miotto

69C629AB4BC3427...

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

EDITORA
REVISTA DOS TRIBUNAIS